

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ADRIANA GUIMARÃES ABREU

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DA PESCA MANEJADA DE
PIRARUCU DE SÃO RAIMUNDO DO JARAUÁ, RDS MAMIRAUÁ, AM.**

BELÉM, PARÁ

2015

ADRIANA GUIMARÃES ABREU

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DA PESCA MANEJADA DE
PIRARUCU DE SÃO RAIMUNDO DO JARAUÁ, RDS MAMIRAUÁ, AM.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências Sociais
– ênfase em Antropologia – da
Universidade Federal do Pará como um
dos requisitos para obtenção do grau de
Licenciatura e Bacharelado em Ciências
Sociais. Sob orientação da Prof^a. Dr^a.
Edna Ferreira Alencar

BELÉM, PARÁ

2015

ADRIANA GUIMARÃES ABREU

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DA PESCA MANEJADA DE
PIRARUCU DE SÃO RAIMUNDO DO JARAUÁ, RDS MAMIRAUÁ, AM.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais – ênfase em Antropologia – da Universidade Federal do Pará como um dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais

Aprovada em _____ de _____ de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Edna Ferreira Alencar

Universidade Federal do Pará – Orientadora

Denise Cardoso Machado

Universidade Federal do Pará – Examinador

Conceito: _____

Dedico esse trabalho a Peta, Naldo, Bella e Preta. .

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos Deuses e todos os seres de luz que acompanham a minha jornada nessa vida terrena.

Agradeço a minha mãe, Socorro Guimarães, e o meu pai, Aurevaldo Abreu, por todo o carinho, amor e dedicação na minha criação e formação. Sem vocês sou pá furada.

Agradeço a minha orientadora, a Professora Dr^a. Edna Alencar, por toda paciência, apoio, dedicação e companheirismo nesses anos de trabalho e orientação. Seus ensinamentos me servem de guia nas horas de aflição acadêmica e sua amizade me dá forças para continuar a jornada nas águas antropológicas. Obrigada pela paciência nas horas mais difíceis, puxões de orelha nos sumiços e acolhimento nas redenções.

A Professora Denise Cardoso que, apesar de uma agenda lotada com muitos compromissos aceitou ser a examinadora deste trabalho. Obrigada.

Agradeço a todos os professores da faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, em especial aos professores Flávio Leonel, Romero Ximenes, Zuleide Ximenes, Kátia Mendonça por terem me proporcionado o contato com as mais belas análises e esclarecimentos. A professora Eneida Assis (in memoriam) por toda sua paciência e luz, a senhora sempre estará em meus pensamentos, para além da vida.

Agradeço aos moradores da Comunidade São Raimundo do Jarauá, por terem me recebido em suas casas, aberto suas vidas e me ensinado sobre suas práticas, sempre com muita paciência e carinho. Sinto que vocês fazem parte de mim, espero um dia retribuir tanto amor que recebi de vocês. Como diria a Dona Burinha, somos todos irmãos agora.

Agradeço ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, por todo o apoio, logística e oportunidade para realização de minha pesquisa. Em especial ao Grupo de Pesquisa Territorialidades, Identidades e Gestão Ambiental em Áreas Protegidas, liderado pela Prof^a Dr^a. Edna Ferreira Alencar e a Msc. Isabel Sousa do Instituto Mamirauá, do qual participo. Também agradeço ao Programa de Pesca do IDSM, coordenado pela técnica Ana Cláudia, por toda a disponibilidade, tempo, relatórios e explicações nesses três anos de estudo. Em

especial, os técnicos Jovane Marinho, Alcimara, Josué, Jonas e Nerinho, que sempre foram minha luz em campo. Obrigada.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq e a Fundação Paraense de Pesquisa pelo apoio e financiamento através de bolsas PIBIC.

Agradeço aos amigos de curso e de vida, Carlo Rafael (amor eterno), Alessandra Bastos, Nilzi Cunha e Carla Vasconcelos, sem vocês eu não conseguiria chegar até aqui. Nossas gargalhadas, lágrimas, desesperos, abraços e beijos foram e são meu refúgio.

Aos meus dois, Ellen Caroline e Igor Alencar, obrigada pelas conversas nos melhores lugares e nas melhores horas. Somos um, as vezes dois, mas sempre três.

Aos meus amores, Leonardo Coutinho, Marina Nogueira, Victória Feitosa e C. Rafael (sempre). Vocês são meu coração.

Agradeço a Ana Luiza, que se juntou no final (ou começo?) da minha jornada acadêmica, mas que provavelmente sempre esteve comigo em outras vidas. Nada além disso explicaria.

A todos os colegas de corredor, a todos os professores, secretários, bombonzeiros, amigos, pessoas e cachorros que eu esbarrei na Universidade Federal do Pará.

E, por fim, as minhas meninas, Bella e Preta. Amores de outras vidas e, nessa, são minha vida.

Todos! Todos vocês me fizeram um ser melhor, espero um dia retribuir.

Obrigada a todas e todos!

RESUMO

Neste estudo investigo as relações de gênero e participação das mulheres da comunidade São Raimundo do Jarauá no manejo de pirarucu na, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Am., no projeto de manejo de pirarucu desenvolvido pelo coletivo denominado de Acordo de Pesca do Jarauá (APJ). Para tanto, procurei conhecer o histórico de participação das mulheres ao longo da constituição da APJ; as formas de participação nas etapas de desenvolvimento dos projetos de manejo; as atividades que realizam e as principais limitações que encontram para participar dessas atividades. A coleta de dados ocorreu com a realização da pesquisa de campo, com o uso do método etnográfico, possibilitou o contato direto com o grupo, e também com a pesquisa no banco de dados do Programa de Manejo de Pesca do IDSM, o qual presta assessoria técnica a APJ. A análise dos dados mostrou que as mulheres da Comunidade de São Raimundo do Jarauá possuem um histórico de organização de trabalhos coletivos e participação na vida política da comunidade, ocupando cargos de liderança, como o de presidente da comunidade, ou nas associações criadas para desenvolver atividades de manejo de recursos naturais. Essa experiência tem contribuído para que elas consigam negociar com os homens uma maior participação nas atividades ligadas a pesca do pirarucu, inicialmente dominadas pelos homens. No ano de 2014 elas formaram uma equipe de vigilância e, também nos últimos quatro anos organizam equipes de pesca para demonstrar sua capacidade e, assim, estimular outras mulheres a lutarem por mais espaço na cadeia produtiva da pesca. As estratégias que elas adotam para garantir mais espaço nas atividades da pesca manejada e, dessa forma, dar visibilidade ao seu trabalho, são marcadas por pactos e negociações com seus companheiros (maridos) e com outros homens que participam do projeto de manejo. Com isso elas garantem tanto a participação ativa em várias atividades, quanto a equidade na repartição de lucros, além de servir como referências para outras mulheres que estão fora desses projetos.

ABSTRACT

This study investigates the relationship of gender and participation of women of São Raimundo do Jarauá community in the management of arapaima in the Sustainable Development Reserve Mamirauá, Am., To arapaima management project developed by the collective called Jarauá the Fisheries Agreement (APJ). To this end, I sought to know the history of participation of women throughout the constitution of APJ; forms of participation in the development stages of management projects; the activities it performs, the main limitations that are to participate in these activities. Data collection occurred in carrying out the field research, using the ethnographic method, made possible the direct contact with the group, and also to research the database of the Fisheries Management Program IDSM, which advises APJ technique. Data analysis showed that women in the Community of Saint Raymond of Jarauá have a history of organizing collective work and participation in the political life of the community, occupying leadership positions, such as president of the community, or the associations created to develop activities management of natural resources. This experience has contributed so that they are able to negotiate with men more involved in activities related to fishing for Arapaima, initially dominated by men. In 2014 they formed a team of surveillance and also the last four years organize fishing teams to demonstrate their ability and thus encourage other women to fight for more space in the production chain of fishing. The strategies they adopt to ensure more space in the managed fishing activities and thus give visibility to their work, are marked by pacts and negotiations with their partners (husbands) and other men taking part in the management project. Thus they ensure both the active participation in various activities, the fair and equitable sharing of profits, as well as serve as references for other women who are out of these projects.

LISTA DE SIGLAS

Acordo de Pesca do Jarauá (APJ)

Acordo de Produtores do Setor Jarauá (APSJ)

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM)

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Registro Geral de Pesca (RGP)

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE)

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)

Programa de Manejo de Pesca do Instituto Mamirauá (PMP/IDSM)

Programa Qualidade de Vida do Instituto Mamirauá (PQV/IDSM)

LISTA DE MAPAS E FOTOS

Mapa 1: Localização da Reserva Mamirauá. Fonte: https://www.bing.com/images/search?q=mapa+mamirau%C3%A1&FORM=HDRSC2&i...	21
Mapa 2: Localização da comunidade São Raimundo do Jarauá na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Fonte: Plano de Manejo da RDSM, 2010.....	21
Mapa 2: Localização dos lagos manejados pelo Acordo de Pesca do Jarauá. Fonte: Plano de Manejo da RDSM, 2010.....	37
Foto 1. Comunidade São Raimundo do Jarauá. Fonte: Edna Alencar-2014	24
Foto 2 São Raimundo do Jarauá. Fonte: Edna Alencar-2014.....	24
Foto 3. Mulheres eviscerando pirarucu. Fotos: Gilcineres Amorim/PMP 2014	36
Foto 4. Mulheres eviscerando pirarucu. Fotos: Gilcineres Amorim/PMP 2014	36
Foto 5. Grupo de Trabalho saindo para a fiscalização. Foto: Adriana Abreu - 2014.....	39
Foto 6Mulheres cortando lenha para fazer fogo no acampamento. Foto: Adriana Abreu - 2014	40
Foto 7Mulheres cortando lenha para fazer fogo no acampamento. Foto: Adriana Abreu - 2014	40
Foto 8 Pescadore/as observando o lago de procriação. Foto: Adriana Abreu – 2014.....	41
Foto 9. Pescadora remando na fiscalização dos lagos. Fonte: Adriana Abreu- 2014.....	42
Foto 10. A esquerda a ex vice-presidente e a direita a tesoureira da APSJ durante a Reunião de de.....	44

SÚMARIO

Introdução.....	12
1. Situando Debate.....	16
2. Metodologia	19
3. São Raimundo Do Jarauá.....	21
4. A Formação Da Associação De Produtores Do Setor Jarauá: Participação De Homens E Mulheres.....	25
4.1. Roça E Pesca.....	27
4.2. As Lideranças Da Associação Dos Produtores Do Setor Jarauá.....	29
5. O Acordo De Pesca Do Jarauá.....	31
5.1. As Etapas Do Manejo: Como Ocorre A Participação De Homens E Mulheres.....	33
5.2. Estratégias De Trabalho: Tempo, Espaços E Envolvimento.....	37
6. Conclusão.....	46
7. Referências Bibliográficas.....	48

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da pesquisa que desenvolvi ao longo de três anos como bolsista de Iniciação Científica do projeto “Gênero, Pesca e Trabalho: caracterização do trabalho e perfil sociodemográfico das mulheres que participam de projetos de manejo de recursos pesqueiros nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Am.”, coordenado pelas pesquisadoras Edna Ferreira Alencar (UFPA) e Isabel Souza (IDSM). O projeto tem por objetivo analisar o papel das mulheres na cadeia produtiva da pesca na região do Médio Solimões, com ênfase no trabalho que elas realizam nos projetos de manejo de recursos pesqueiros desenvolvidos por moradores das RDS Mamirauá e Amanã, com a assessoria do Instituto Mamirauá (IDSM). (ELENCAR E SOUZA, 2013)

O subprojeto que desenvolvi teve como objetivo conhecer como as mulheres da comunidade São Raimundo do Jarauá estão envolvidas no manejo do pirarucu desenvolvido no âmbito do Acordo de Pesca do Jarauá, primeiro coletivo de pescadores a manejar o pescado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. São Raimundo do Jarauá está localizada na margem direita do rio Japurá, à entrada do paraná do Jarauá, que faz a comunicação deste rio com o Solimões. O ambiente que predomina é de várzea inundada¹ (ALENCAR 2010).

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) foi criada em 1996 e está situada na região do Médio Solimões, na confluência dos rios Solimões e Japurá, entre as Bacias do Rio Solimões e do Rio Negro. Esta é a maior reserva existente dedicada exclusivamente a proteger a várzea amazônica e tem como objetivo básico promover a conservação da biodiversidade, aliando a promoção das condições básicas para a reprodução social das populações que residem em seu território. Os grupos sociais que residem na RDSM exploram racionalmente os recursos através do manejo sustentável (QUEIROZ, 2006), com o apoio técnico e científico.

¹ “As várzeas compreendem as terras situadas às margens dos rios de águas brancas e sofrem inundação no período do inverno quando ocorrem as cheias dos rios. As várzeas ocupam cerca de 1,5 % de toda a planície Amazônica e se estende numa área de 65 mil km² em território brasileiro.” (ALENCAR, 2007, pp.95)

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) que conta com uma equipe formada por pesquisadores e técnicos de diversas áreas que buscam compreender a biodiversidade e realidade social existentes na área, bem como assessorar as comunidades para implementarem um manejo racional dos recursos naturais. Dentro desta linha, está o Programa de Pesca do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (PMP/IDSM) que presta assessoria técnica aos pescadores que desenvolve projetos de manejo. O PMP/IDSM conta com uma abordagem participativa que consiste na avaliação de cada ponto da organização coletiva dos projetos em reuniões anuais, onde todos os pescadores dão sua opinião e sua sugestão para o melhoramento do manejo de pesca. Destas reuniões são estabelecidos, através de uma série de critérios e metas, o número de peixes a serem liberados para o ano posterior de manejo, sendo o limite os 30% autorizados anualmente pelo IBAMA. Os técnicos do PMP produzem relatórios que seguem para o IBAMA para a avaliação e autorizações das cotas de pesca para os AP da região.

Para compreender como as mulheres participam do manejo do pirarucu, buscamos identificar quais as atividades desenvolvidas por homens e por mulheres, analisamos se existem concepções e representações distintas sobre as atividades de pesca, verificamos se as mulheres enfrentam dificuldades para se inserir nas atividades do manejo, as estratégias para conseguirem realizar tais atividades.

A pesca do pirarucu é um dos pilares na economia de comunidades ribeirinhas, e historicamente envolveu uma série de aspectos que definiam quem tinha o controle dessa desse tipo de pescaria (VERISSIMO, 1970). Estudos realizados no Baixo Amazonas, Ilha de Ituqui-PA (MURRIETA, 2001) e na Vila Sucuriçu-AM (SAUTCHUK, 2007) mostraram que a pesca do pirarucu era dominada por pescadores que possuíam grande habilidade no uso do arpão, com um grande conhecimento sobre o ambiente, sobre as características do animal e dos “segredos da pescaria” (MURRIETA, 2001; SAUTCHUCK 2007), desta forma, esses pescadores construiriam sua identidade através do *prestígio* que o *saber-fazer* e a experiência através da pesca do pirarucu lhes conferiria.

Segundo a antropóloga Edna Alencar (2012) a pesca “é a base da economia de muitas famílias que residem nos pequenos povoados dessa região, cuja produção tem garantido o abastecimento dos mercados locais e regionais”. Porém a antropóloga destaca que existem poucas pesquisas que mostrem as condições em que o trabalho da pesca é realizada, bem como o papel da mulher na cadeia produtiva da pesca (ALENCAR 2013, 2014).

mulheres pescadoras que vivem em diferentes contextos sociais e ambientais, participam da cadeia produtiva da pesca, desenvolvendo atividades tais como a captura de peixes, a coleta de mariscos, o beneficiamento (limpeza e salga do pescado), a comercialização, o trabalho de confecção (tecer) e reparos (remendo) de materiais de pesca (...) Contudo, elas ainda são excluídas das estatísticas da produção pesqueira e, conseqüentemente, de políticas públicas direcionadas ao setor pesqueiro, especialmente no que se refere ao acesso a financiamento (ALENCAR, projeto 2012)

A revisão da literatura mostra que os estudos dentro da temática de gênero e pesca (ALENCAR, 1992, LEITÃO, 2010) tem enfatizado as desigualdades entre os diferentes sujeitos que são classificados a partir de comportamentos considerados masculinos e femininos, e que no contexto da cadeia produtiva da pesca artesanal remetem a diferenças que são social e historicamente construídas. Trata-se de diferenças que são legitimadas em função das desigualdades vivenciadas e organizadas pela própria sociedade. Os estudos também apontam para situações e momentos de rupturas com modelos cristalizados de divisão sexual do trabalho no contexto da pesca artesanal, onde as principais categorias de análise conceituais são as relações de gênero, participação e empoderamento das pescadoras artesanais (ALENCAR 2011; MANESCHY et al 2012; LEITÃO 2013).

A participação das mulheres em projetos de gestão de recursos naturais ganhou visibilidade no Brasil, no período que antecede a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. A partir deste momento, verifica-se no Brasil um aumento da preocupação do movimento de mulheres trabalhadoras na pesca, algumas vinculadas ao MONAPE (Movimento Nacional de Pescadores), em incluir em suas pautas de reivindicação de temas relacionadas à degradação ambiental, a questão da representação política, ao tema da equidade social e da preservação do meio ambiente (ALENCAR 1997; MANESCHY et al. 1995). A inclusão da temática de gênero e meio ambiente na nova legislação ambiental brasileira reforçou a necessidade de os projetos de gestão de recursos naturais garantirem a participação das mulheres que residem em comunidades situadas em Unidades de Conservação ambiental, como as RDS (SNUC 2006).

Este é o caso das mulheres que residem na RDS Mamirauá, uma unidade de conservação criada pelo governo do Estado do Amazonas em 1996. A reserva foi criada com o objetivo de realizar a proteção dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das populações locais, através da conservação da biodiversidade e do uso sustentado dos recursos

naturais. No processo de implantação dessa RDS as mulheres tiveram participação ativa, nos programas comunitários de desenvolvimento econômico, e em projetos de conservação de recursos naturais.

No Estado do Amazonas, devido a grande exploração comercial do pirarucu, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 1996 proibiu qualquer tipo de captura e venda de pirarucus no Estado, com exceção da pesca realizada em áreas onde ocorre o manejo dessa espécie, por sugestão do IDSM. Segundo Instrução Normativa (IN) Nº1 de 2005, esta atividade deve seguir uma série de normas e atender aos critérios estabelecidos pelo IBAMA, dentre eles, o estabelecimento de Acordos de Pesca².

Nos últimos anos as atividades de manejo de recursos pesqueiros, como do pirarucu (*Arapaima Gigas*) desenvolvidas em várias áreas da RDS Mamirauá (AMARAL et al 2011), tem como particularidade a participação das mulheres em todo o processo de construção do projeto de manejo de pesca (ALENCAR 2013; ALENCAR e SOUSA 2014). No entanto, ainda não se tem uma visão abrangente de como ocorre esta participação, o que significa em termos de geração de renda, e qual sua importância para a melhoria da qualidade de vida de sua família. Por isso, este trabalho visa realizar o histórico de participação de homens e mulheres pescadores da comunidade São Raimundo do Jarauá nas ações de manejo do pirarucu através do viés de gênero, identificar se existem diferenças no trabalho de homens e mulheres, bem como se existem espaços e tempos diferenciados entre eles. São Raimundo do Jarauá foi uma das primeiras comunidades da RDS Mamirauá a implementar o manejo comunitário do pirarucu (AMARAL et al 2011).

1. SITUANDO O DEBATE

As distinções sexuais que serviram de marcadores para a construção das diferenças de papéis sociais atribuídos a homens e mulheres ao longo da história, foram alvo de estudos por teóricos de vários campos disciplinares (filosofia, antropologia, psicologia, economia etc), gerando uma discussão sobre as relações sociais e aos papéis sociais atribuídos ao sexo

² São pactos feitos por pescadores de uma determinada área de pesca que estabelecem uma série de normas e formas de uso dos recursos pesqueiros de modo a diminuir a pressão da pesca e estimular a conservação dos estoques de peixes da região, seguindo as determinações das Instruções Normativas do IBAMA que regularizam a pesca do pirarucu.

masculino e ao feminino. Destacando que as diferenças sociais homens e mulheres não se trata de uma condição biológica, mas de construções culturais de significados aos atributos e símbolos ao sexo biológico para distinguir o que é masculino e o que é feminino (PISCITELLI, 1998). O conceito de gênero, enquanto categoria analítica, veio reparar as lacunas deixadas pela naturalização do sexo biológico enquanto definidor dos papéis sociais de homens e mulheres, uma vez que este se funda em uma base essencialista e determinista. Desta forma, as implicações referentes a esses estereótipos em diferentes contextos culturais têm de ser estudadas à luz de um conceito que consiga abarcá-las como construções sociais e culturais, como proposto por Rosaldo (1979).

Podemos situar o início dos estudos de gênero na década de 1970 com a publicação da coletânea de artigos “*A mulher, a cultura e a sociedade*” organizada por Michelle Rosaldo e Louise Lamphere (1974), que sofreu forte influência dos escritos de Simone Beauvoir (1949) sobre a mulher, quando esta autora elaborou um estudo histórico sobre o papel da mulher na sociedade ocidental e em outras culturas. Neste estudo Beauvoir buscava responder às perguntas postas por militantes feministas que cobravam da academia uma explicação científica para uma questão: a universalidade da dominação masculina. Elas também chamavam a atenção para o fato de que muitos cientistas sociais ignoravam o papel da mulher na vida social, tomando como fato consumado os papéis consagrados ao sexo feminino, como mãe/esposa/objeto e etc. (LASMAR, 1996).

A partir dessa crítica alguns estudos começaram a tentar romper uma tradição sociológica que replicou o discurso social de grupos estudados e/ou perpetuou os estereótipos de gêneros presentes na vida social, e que ignoravam a participação da mulher na vida social, no momento em que a colocava na condição de subordinada ao homem e sem uma função relevante. A ideia era o de tentar entender como a mulher se colocava diante de situações onde se evidenciavam as relações assimétricas e desiguais entre homens e mulheres, e também analisar como as mulheres organizadas em movimentos sociais, conseguiam, paulatinamente, ganhar espaços de poder político. É nesse contexto da mobilização política e participação nos movimentos sociais que se começa a mudar o foco dos estudos sobre a questão da mulher para os estudos de gênero (LASMAR 1996)

Essa mudança de perspectiva contribuiu para uma modificação importante nos estudos sobre as comunidades pesqueiras que foram realizados no Brasil a partir dos anos 1980 e que passaram a problematizar as relações de gênero no mundo da pesca, dando ênfase ao papel das mulheres e as formas de inserção nos espaços de trabalho, dentre os quais destacamos os de Edna Alencar (1991 e 1993), de Ellen Woortmann (1991), por exemplo.

Entre os anos 1970 e 1980, quando se falava de comunidades pesqueiras, ou seja, de grupos sociais que tem na pesca sua principal fonte de renda, o principal sujeito dos estudos eram os homens, visto que o conceito de pesca estava baseado em uma única atividade, a captura dos animais, ou seja, uma atividade que é desempenhada, na maioria das vezes, por homens. Desta maneira, estudos que enfatizaram a presença do homem nas atividades de pesca, tendiam a menosprezar atividades nas quais as mulheres tinham uma participação expressiva, como o reparo de materiais de pesca, o beneficiamento do pescado, por exemplo. Com isso, relegavam as mulheres ao silêncio e a uma invisibilidade histórica, e negando seu papel como trabalhadora e produtora de bens (ALENCAR, 1991, 1993) Segundo Alencar,

o próprio discurso acadêmico ao interpretar uma realidade através de modelos explicativos até então disponíveis que marcadamente separavam e hierarquizavam, acabavam por replicar o discurso do grupo estudado, que concebe como importante o trabalho do homem no setor pesqueiro, e joga um véu sobre a presença da mulher enquanto sujeito econômico. E quando seu trabalho é mencionado, ocorre na condição de inferioridade, ao classificar seu trabalho como ajuda (...) O problema em classificar o trabalho na pesca a partir de um único sujeito, o homem, e a uma atividade, a que ocorre em determinados espaços e sob certas condições de tempo e esforço, está no fato de remeter a uma relação de assimetria, quando deveria situar esse trabalho dentro de um conjunto de atividades que compõem o processo produtivo da pesca, onde várias ações se interligam de forma sistêmica, visando à realização de um projeto. (ALENCAR, 1993)

Com a entrada das mulheres houve uma série de questionamentos sobre o papel da mulher enquanto sujeito na cadeia produtiva da pesca, essas questões diziam respeito ao reconhecimento da atividade feminina (ALENCAR, 2013). Segundo Maneschy et al. (1995) o reconhecimento do trabalho das mulheres na pesca começou a ter visibilidade para o Estado, Colônias de Pescadores, Sindicatos, MONAPE (Movimento Nacional de Pescadores). O MONAPE teve um papel muito importante nesse processo de organização e empoderamento das pescadoras, colocando em pauta discussões que questionavam a participação feminina nas atividades da cadeia produtiva da pesca. (MANESCHY et al 1995)

Outros estudos, como os realizados por Maria do Rosário Leitão no litoral de Pernambuco e Santa Catarina (2010 e 2013), também discutem o impacto de políticas públicas no desenvolvimento da pesca artesanal e as relações sociais de gênero nesse contexto, tendo como sujeito de estudo as mulheres pescadoras que habitam e trabalham no litoral de Pernambuco, que vem se organizando para buscar o reconhecimento de sua

condição de trabalhadora na pesca, e o acesso aos direitos já garantidos em lei. A autora também aponta para o fato de que as mulheres pescadoras que vivem em certo isolamento geográfico e em contextos sociais onde se observam divisões sexuais do trabalho, vivem a dura situação de exclusão com base na diferenciação de gênero (LEITÃO, 2012). Segundo essa divisão sexual do trabalho, a realização de determinadas atividades que ocorrem no espaço doméstico seria de responsabilidade das mulheres, a partir de suas características biológicas, e sendo menos valorizadas do ponto de vista da produção de valores econômicos. Essa diferenciação tende a repercutir no contexto da pesca artesanal onde as mulheres ainda ocupam um lugar secundário em relação ao lugar ocupado pelos homens, a partir da avaliação do espaço que elas ocupam, do tipo de atividade que realizam e o tempo de trabalho dedicado a essas atividades. Logo, existe uma naturalização do lugar da mulher no contexto da pesca, que tende a ser uma extensão das atividades que realiza no espaço doméstico, principalmente quando se observa uma hierarquia das atividades e daqueles que as desenvolvem. Assim, quando as atividades que as mulheres pescadoras realizam na cadeia produtiva da pesca, como a pesca manejada, tende a ser considerada como “ajuda” (no sentido de ser algo menor, sem habilidades, inferior), mesmo quando ela está ao lado dos homens, sejam seus esposos, pais ou filhos. Isso também pode ser estendido para a desvalorização do seu trabalho como provedora da família. De acordo com a análise de Sorj (2010), as

Desigualdades e diferenças de gênero repousam sobre uma norma social que associa o feminino à domesticidade e que se expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade com os cuidados da família. (SORJ, 2010)

De acordo com estudo realizado por Sara Soares (2011) na região do Careiro da Várzea, baixo Solimões, estado do Amazonas, ao analisar a divisão sexual do trabalho no contexto da pesca artesanal, foi observado que esta atividade está fortemente marcada pela divisão dos espaços de acordo com o gênero tendo os espaços público/homem e o doméstico/mulher. Para a autora, isso contribui para que a presença da mulher nos espaços públicos seja invisibilizada e silenciada. A consequência dessa invisibilidade é que as mulheres pescadoras precisam comprovar cotidianamente sua condição de trabalhadora na pesca, como condição para acessar aos direitos e benefícios previstos nas políticas sociais e previdenciárias que contemplam os trabalhadores na pesca (ALENCAR 2013).

Outro ponto conceito relevante que norteia o trabalho é de empoderamento, que diz respeito ao processo de tomada de posição e autorreconhecimento, que possibilita as pessoas

fortalecem e legitima suas práticas e/ou reivindicar que estas sejam reconhecidas, com isso levando a transformações estruturais na sociedades, principalmente no tocante a redistribuição do poder e participação (KLEBA, 2009). Desta maneira, podendo perceber como as mulheres estão se reconhecendo enquanto sujeitos ativos nas atividades ligadas a cadeia produtiva da pesca e de como isso afeta as relações de gênero existentes.

A partir do caminho aberto pela visão desses estudos e posicionamentos, meu trabalho vai buscar identificar as formas de participação das mulheres pescadoras de São Raimundo do Jarauá e as estratégias que elas usam para visibilizarem seu trabalho na pesca, em um movimento de auto reconhecimento e demarcação de espaço na pesca manejada do pirarucu.

2. METODOLOGIA

A pesquisa partiu de uma abordagem crítica de gênero que leva em consideração os papéis feminino e masculino (ROSALDO, 1979) no contexto da produção pesqueira, cujo objetivo é conhecer as formas de inserção de homens e mulheres no contexto social, político, econômico e ecológico das comunidades, procurando identificar o papel das mulheres enquanto um sujeito ativo, cuja atuação pode conduzir à proposição de modelos alternativos de relações de gênero e de políticas mais equitativas de acesso aos recursos naturais (Schmink 1999).

A pesquisa se embasou na leitura de material bibliográfico sobre a área de estudo, tais como artigos científicos, relatórios de projetos de pesquisa, e de ações voltadas para a implementação de projetos de manejo de recursos naturais, produzidos por pesquisadores e técnicos do Instituto Mamirauá, e que tratam sobre as comunidades da RDS Amanã e Mamirauá (ALENCAR, 2010; PMP/IDSM 1999, 2000, 2001, 2002, 2009, 2010, 2012; AMARAL et al 2013); ; e a leitura de bibliografia que trata da temática do manejo de recursos pesqueiros em áreas protegidas e sobre a participação das mulheres em projetos de manejo de recursos naturais (DICIOMO 2007; ALENCAR, 2014) da gestão ambiental e territorialidade de populações tradicionais residentes em unidades de conservação; e a leitura de artigos, livros e outros documentos que tratam da temática dos conflitos socioambientais, da gestão ambiental, territorialidade das populações tradicionais residentes em unidades de conservação, e sobre a temática do manejo e controle de recursos naturais (SCHIMINK 1999, LIMA 1997, BENATTI 1998, DIEGUES 2002, FIGUEIREDO 2006; ALENCAR 2007 E 2008).

O estudo incluiu, ainda, a realização da pesquisa de campo, seguindo o método etnográfico que consiste em observar as práticas cotidianas, acompanhando a rotina dos moradores de modo a compreender seus modos de pensar e agir (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996; MALINOWISK, 1976). A pesquisa de campo permitiu realizar observações sistemáticas sobre atividades rotineiras dos moradores da comunidade de São Raimundo do Jarauá, atentando para as distinções entre homens e mulheres, para os espaços e tempos de realização das mesmas. Para obter dados foram realizadas entrevistas seguindo um roteiro de perguntas sobre a percepção das mulheres sobre o trabalho na pesca, as dificuldades para desenvolver esta atividade. Também foram realizadas entrevistas com homens sobre a atuação das mulheres. Além de perguntas que buscavam saber mais a história do manejo dos recursos pesqueiros, principalmente, o manejo do pirarucu, e como os homens e mulheres foram se inserindo neste trabalho.

3. SÃO RAIMUNDO DO JARAUÁ

A comunidade de São Raimundo do Jarauá têm sua economia baseada na combinação da exploração de recursos naturais, como a pesca, caça e coleta de frutos com a agricultura. A sua organização social tem a família como núcleo base, pois esta é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção de bens e de consumo.



Mapa 1: Localização da Reserva Mimirauá. Fonte: <https://www.bing.com/images/search?q=mapa+mimirau%C3%A1&FORM=HDRSC2&i>

Segundo o histórico da formação do grupo social dessa comunidade realizado por Edna Alencar (2010) a ocupação começou nas primeiras décadas do século XX, sendo os seus primeiros moradores pertencentes a família Mendonça. A pesca e a extração de madeira eram atividades importantes na vida dos moradores da comunidade, que também complementavam sua renda com produção de farinha de mandioca e outros produtos advindos da atividade agrícola. Em 1986 foi criada a organização comunitária que oficializou o nome da comunidade como São Raimundo do Jarauá, homenagem ao santo padroeiro da comunidade o São Raimundo Nonato. (ALENCAR 2010). A comunidade participou ativamente na discussão de implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá nos anos 1990

Outro fato importante da comunidade foi a criação do Clube de mães em 1988, que procurava “realizar alguns trabalhos visando melhorar a condição de suas associadas. As mulheres realizavam trabalhos de mutirão para a construção de roças, fazer artesanato (...)” (ALENCAR, 2010, pp.224). O Clube de Mães foi desativado em 1993, porém a sua organização foi muito importante para a vida política e organizacional da comunidade. Sendo referência de gestão e atuação das suas associadas para a atuação em outras esferas de gestão da comunidade, como por exemplo, a legitimidade da gestão da vice-presidente da Associação de Produtores do Jarauá é atribuída a uma ótima atuação organizacional e de liderança do Clube de Mães.

A comunidade sempre esteve envolvida em atividade de preservação dos recursos naturais, a primeira iniciativa foi feita em 1987 com a atuação do Movimento de Educação de Bases sob a coordenação do Irmão Falco da Prelazia de Tefé, o objetivo dessa ação era a preservação dos lagos pois a comunidade, nessa época, vivia momentos de escassez de recursos naturais devido à grande exploração destes. Além da preservação dos lagos também eram feitos trabalhos de conscientização dos comunitários sobre a importância da preservação do meio ambiente. (ALENCAR, 2010).



Foto 1. Comunidade São Raimundo do Jarauá. Fonte: Edna Alencar-2014

São Raimundo do Jarauá têm 32 casas e 13 casas flutuantes³, ao todo moram entre 280 a 300 pessoas na comunidade. Com estreita relação com a cidade de Tefé, principalmente, relação de compra e venda de materiais de pesca e comida. A maioria das famílias que residem em São R. do Jarauá possuem alguma casa nos municípios de Tefé ou Alvarães, para que seus filhos possam estudar e/ou facilitar a estadia nos dias em que forem resolver questões nesses lugares.



Foto 2 São Raimundo do Jarauá. Fonte: Edna Alencar-2014

³ Casas flutuantes são construídas em toras de madeira específicas e que permitem que essas casas fiquem flutuando na beira das comunidades.

4. CAPÍTULO A FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO SETOR JARAUÁ: PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES.

Os moradores do São Raimundo do Jarauá são pioneiros em participar de experimentos de gestão de recursos pesqueiros. A primeira tentativa de organizar a pesca comercial de pescado manejado na RDS Mimirauá ocorreu através do Projeto de Comercialização do Pescado (PCP) em 1999, desenvolvido com apoio do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mimirauá (IDSM). O manejo era realizado no âmbito da Associação de Produtores do Setor Jarauá (APSJ), e contava com a participação das comunidades de São Raimundo do Jarauá, Manacabi, Nova Pirapucu e Nova Colômbia, todas localizadas ao longo do rio Japurá, integrantes do Setor⁴ Jarauá.

O Programa de Comercialização do Pescado iniciou como parte das atividades do Programa de Novas Alternativas Econômicas do IDSM e tinha o objetivo de “promover o uso racional do recurso pesqueiro através do aperfeiçoamento das técnicas de processamento, armazenagem, manuseio, transporte e sua apresentação em mercados”. Segundo o primeiro relatório de avaliação do PCP a escolha do Setor Jarauá foi propiciada pelo histórico ações de preservação de lagos, por ser um dos maiores sistemas de lagos da reserva, pela pesca ser uma atividade importante na economia do setor e pela cooperação da comunidade na implantação da Reserva Mimirauá (Relatório PCP/IDSM, 2000)

Para realizar essas atividades os pescadores de São Raimundo do Jarauá tiveram de criar uma Associação e tirar os documentos nos órgãos de representação da categoria – Colônias_ para conseguir uma licença do IBAMA para realizar a comercialização do pescado. Devido a intensa sobrepesca que ocorreu na década de 70 a população de peixes entrou em declínio e o IBAMA proibiu qualquer tipo de captura e comercialização do pescado através da Portaria 8/96 em 1996, apenas áreas que fizessem o manejo ou cultivassem poderiam solicitar autorização para o IBAMA.

Sobre a organização dos pescadores para o iniciar as atividades de manejo do pescado, o pescador Srº André de Assis conta que antes do PCP

(...) nós pescava, mas não tinha documento, e como tinha que formar essa equipe de pesca aqui, formar o manejo, uma equipe de trabalho. Foi o primeiro projeto numa reserva a fazer uma coisa dessa foi o [Setor] Jarauá, ai pra ta dentro tinha que se organizar tudinho, formar uma equipe de pesca

⁴ Segundo Amaral et al 2013 “os setores são agrupamentos humanos organizados em comunidades, localidades e sítios que compartilham a gestão e o uso de recursos naturais de uma determinada área da reserva” (pp. 16)

pra ser pescador certificado [porque] documento que nós não tinha. (Srº André de Assis, São Raimundo do Jarauá, 2014)

As mulheres, nessa época, se organizaram em torno da pesca do camarão e isso influenciou na entrada delas na formação da APSJ, possibilitando que a associação ganhasse força e se engajasse nas ações de manejo dos recursos pesqueiros. A pesca do camarão durou um ano.

Algumas lideranças masculinas não reconhecem a importância desse trabalho, pois alegam que o diminuto tempo de duração de manejo do camarão foi por causa da falta de interesse e liderança das mulheres em se envolverem no trabalho da pesca, desqualificando com esse discurso a importância dessa atividade feminina para a formação da APSJ, como fica claro na seguinte fala do Srº Marcos Gomes:

[o manejo do camarão] não deu certo, aliás, tinha tudo pra dar certo, porque tem muito camarão. Mas tudo é falta de interesse, né? Porque tem que ter uma pessoa na frente pra administrar o trabalho, porque quando não tem nenhuma pessoa pra orientar, administrar fica difícil. Porque o grupo pode tá animado como tiver, mas o dia que um tropeçar ou aquele adoecer, tem que ter alguém pra puxar. E isso foi o que aconteceu com elas, né? A gente já pelejou bem [homens], já pelejou pelo camarão, pelejou depois com o grupo de mãe, depois passou pra outro grupo de mulher (Sr. Marcos Gomes., Jarauá, 2014)

As pescadoras contestam essa versão e explicam que a falência do projeto foi causado pela inconstância da quantidade de camarão e dos lugares de pesca durante ao longo do ano, que dificultava um planejamento da pesca, fazendo-as desistir dessa atividade, contudo possibilitou as mulheres se associarem nas instituições de representação da categoria, como as Colônias de pescadores, e ajudassem na organização do manejo do piraurucu. Segundo a Srª Maria Freitas, as mulheres se associaram no acordo de pesca na

[...] época do camarão (...) não deu muito certo porque era longe pra gente ir buscar o camarão, [era] lá no Cedrinho [lago]. Na época de seca dava lá e pra vender quase não tinha saída, não ajudava muito. Aí a gente paramo com a pesca do camarão, mas já fiquemo sócia. (Sr. Maria Freitas, Jarauá, 2014)

Pode-se perceber que a fala dos homens em relação a participação das mulheres na formação da APSJ tende a desvalorizar o trabalho com a pesca do camarão, colocando-as em uma posição secundária na formação dessa organização, Desta forma, diminuindo a importância de sua participação ao afirmarem que elas não tiveram a capacidade e/ou liderança de levar um empreendimento de pesca adiante por falta de “interesse” ou

“conhecimento”. Esse discurso público que os homens proferem evidencia uma tentativa de invisibilizar o trabalho das mulheres e considera-lo como de menor valor quando comparado com outros empreendimentos pesqueiros, que ocorrem em um campo historicamente ligado às identidades masculinas.

Longe do discurso público, no plano prático percebemos que a participação das mulheres do São Raimundo do Jarauá foi fundamental para a formação da APSJ, pois quando elas se associaram à Colônia de Pesca de Alvarães e tiraram a carteira de pescadoras junto ao IBAMA, contribuíram para que a Associação do Setor Jarauá atingisse o número de pescadores necessários para iniciarem as ações de manejo do pirarucu. O pescador Srº André de Assis ressaltou este ponto, ao afirmar que elas entraram “pra fazer número grande pra conseguir o manejo, porque nós era pouco. Aí elas entraram como pescadora também”.

Nestes primeiros anos de organização do manejo do pirarucu não existia um documento que definisse as diretrizes organizacionais para o processo do manejo, como um regimento interno, mas segundo os pescadores existiam algumas regras rígidas estabelecidas, como: “nós pescava individual e só casado que podia. As mulher ainda mais, porque quem tirava a cota delas era os home. A gente tirava nossa cota e a cota das nossas mulher. Mulher não entrava no lago não” (Srº André de Assis, São Raimundo do Jarauá R., 2014)

4.1. ROÇA E PESCA

Estudos têm mostrado que a organização do trabalho nas sociedades rurais que tem sua economia baseada na pesca é feita através da divisão de atividades de acordo com o sexo, a idade e com os espaços de realização, divisão marcada pelo viés de gênero. Assim, as mulheres realizam as atividades que ocorrem na esfera doméstica, dividindo com os homens o trabalho na agricultura (ALENCAR 2000 e 2002; PERALTA e ALENCAR 2008).

Numa comparação com os estudos de Alencar (1991, 2001 e 2002) foi possível perceber que as mulheres de São Raimundo do Jarauá que faziam parte da APSJ logo nos primeiros momentos de sua formação, mesmo que não estando presentes nas pescarias que ocorriam nos lagos, elas eram elementos importantes do processo produtivo da pesca, trabalhando no conserto dos materiais de pesca – redes malhadeiras – ou como sócias das entidades de representação da categoria, como a Colônia Z-24 de Alvarães, ou como sócia da Associação (APSJ). Mas seu papel era também relevante para a manutenção e reprodução da família com o trabalho que realizavam na agricultura com o cultivo de roças para produção de farinha para consumo famílias ou realizando a pequena pesca cotidiana voltada para suprir as

necessidades de alimento da família. Com isso, os homens podiam se dedicar a realizar as atividades de pesca que ocorriam nos lagos, nos igapós e nos rios.

Segundo Sra. Bruna de Assis na comunidade as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho agrícola, com a abertura de roças para o cultivo da mandioca, para a produção de farinha e banana, enquanto os homens pescavam e isso servia para a alimentação durante quase o ano todo. As mulheres também são responsáveis pela produção e venda da farinha, segundo o Sr. André de Assis o trabalho das mulheres nas roças, na época das primeiras ações do manejo, era o que “segurava a família já que nós tava sofrendo la nos lagos pra conseguir tirar os peixe, né? Minha mulher é guerreira. Junto com meus filhos, sempre me ajudaram. Eu me garantia, mas com ajuda né, a gente vive melhor”. O trabalho das mulheres ocorria de forma individual ou em mutirões,

a gente trabalhava de mutirão [na roça], os homem na pesca e as mulheres na roça. No tempo de capinar era nós, tinha tempo que era três roças num dia. (...) as mulheres que eram responsáveis por esse trabalho, ai quando a gente ia fazer outro tipo de trabalho nós reunia, limpeza da comunidade. Depois que veio a pesca, as mulher se envolveram também, porque como que mora numa área manejada tem o direito de ser sócia (Sra. Ariane Gomes, São Raimundo do Jarauá, 2014)

Essa divisão do trabalho por espaços de atuação é algo que persiste até os dias de hoje na comunidade São Raimundo do Jarauá, onde as mulheres são mais presentes nas atividades que ocorriam no espaço da terra. Essa divisão dos espaços e de atividades a partir do viés de gênero é recorrente em comunidades pesqueiras, como mostra o estudo de Alencar realizado no povoado São João, RDS Mamirauá (2002), o estudo realizado na região de várzea do município de Monte Alegre, em Cuieiras, (ALENCAR 2001), e também o estudo de realizado na região da ilha dos Lençóis, Maranhão, (ALENCAR 1991) onde mostra que as mulheres estavam presentes tanto no espaço da terra, desenvolvendo atividades ligadas à reprodução familiar e ao consumo, como a produção de carvão, e também estavam envolvidas no processo produtivo da pesca desenvolvendo atividades tais como o conserto das malhadeiras. A autora mostrou que no plano prático as mulheres estavam desenvolvendo atividades importantes que liberam os homens para trabalharem nas atividades relacionadas a pesca - por exemplo, consertando o material usado nas pescarias, beneficiando o peixe e, ao fazer isso, elas contribuía para que os homens pudessem se dedicar exclusivamente às atividades do trabalho na pesca que ocorria no espaço aquático.

4.2. AS LIDERANÇAS DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO SETOR JARAUÁ.

O manejo dos recursos pesqueiros no âmbito da APSJ teve três diretorias ao longo do período que vai de 1999 a 2009, sendo no período de 2006 a 2008 o projeto foi coordenado pela Sra. Carol Ribeiro, que era esposa do primeiro coordenador da APSJ, o Sr. Igor Ribeiro, também era uma liderança política e religiosa. Durante sua gestão frente à associação de manejadores ela é lembrada por seus filhos como um reflexo da gestão do esposo, pois como ela “era sombra dele, aprendeu com a experiência a fazer, né? Ela aprendeu vendo ele”.

Um dos projetos que a Sra. Carol procurou desenvolver quando esteve à frente da coordenação da Associação dos Produtores do Jarauá foi incorporar de modo mais efetivo as mulheres no manejo do pirarucu, principalmente na realização de trabalhos ligados ao beneficiamento do peixe, que é a retirada das vísceras e das escamas. Para possibilitar esse projeto as mulheres ficaram responsáveis por retirar as línguas dos animais e vendê-las, sendo a renda toda delas. Esse trabalho era feito na beira dos lagos onde o peixe era capturado, as pescadoras que participavam eram aquelas que iam com os seus maridos para as pescarias

Segundo as pescadoras, o motivo para a curta duração do trabalho das mulheres nessa atividade de retirada das línguas do pirarucu foi o fato dos compradores passarem a exigir que os animais fossem vendidos na forma de mantas, com isso não houve mais demanda para o produto que elas extraíam. Alguns pescadores disseram que o motivo foi a falta de envolvimento das mulheres, a exemplo do manejo do camarão, pois “também não deu certo, elas tiravam as guelras, as línguas, era uma coisa boa também, [mas] faltava é mais envolvimento das mulheres, assim: tava faltando ou o sal ou o açúcar pra ficar mais gostoso.” (Sr. Marcos Gomes, S.R. do Jarauá, 2014) Aqui podemos perceber que mais uma vez o discurso masculino coloca a participação da mulher nas atividades da pesca como “desinteressada”, remetendo a um estereótipo de que a presença de mulheres em espaços ditos masculinos não obtém êxito.

Outra ação que a Sra. Carol desenvolveu durante sua gestão foi investir na compra de um barco com motor de centro, para fazer o transporte de cargas, de motores e de canoas para ampliar o potencial de trabalho dos sócios que atuavam no manejo de pesca. A divisão de gastos dessa compra tornou-se um assunto delicado e provocou desentendimento, como conta a pescadora Sra. Rosa da Cunha

"Foi [dividido por pessoa] na época que foi comprado o barco.. aí foi incluído o barco e mais uma compra de material. Aí onde teve gente que pegava de 4 mil de empréstimo individual. Tinha parcela de cento e pouco por ano, nunca pagaram. Foi na época da comadre Preta [Sra. Carol Ribeiro] também. Nem me lembro o ano, mas só vamo pagar em 2015 (Sra. Rosa Da Cunha, São Raimundo do Jarauá, 2014)

As mudanças que ocorreram estruturais na APSJ datam de 2009 quando pescadores das comunidades de Nova Pirapucu e Nova Colômbia decidiram se afastar da Associação e, com isso, contribuíram para que aumentassem os desentendimentos, assim como as dívidas a serem pagas pelos sócios que permaneceram. De acordo com as pessoas entrevistadas, todas as lideranças foram responsabilizadas pela crise que afetou o projeto de manejo de pirarucu desenvolvido pela APSJ, mas destacam principalmente a gestão coordenada por uma mulher, a Sra. Carol Ribeiro. Segundo eles “ela não tinha vivido, não sabia nem fazer” e “não tinha o jeito que o homem tem de liderar as coisa de peixe”. Ou seja, mesmo ela tendo a experiência, vivência e legitimidade para coordenar o manejo do pirarucu nos três anos em que ocupou o cargo de diretora, por ser mulher ela não teria a capacidade que um homem para liderar questões relacionadas a pesca e manejo.

5. O ACORDO DE PESCA DO JARAUÁ (APJ)

Os desentendimentos entre os participantes do projeto de manejo de pesca coordenado pelo APSJ se agravaram em 2009 quando os técnicos do Programa de Manejo de Pesca do IDSM ao avaliar as atividades do grupo verificaram algumas inconsistências nos dados referentes às contagens⁵ dos peixes nos lagos que apontavam para um aumento artificial do número de animais (Relatório PMP, 2009). Após essa avaliação o grupo de manejadores foi penalizado por deixar de atender as normas estabelecidas no IN N° 29 de 2002 elaborada pelo órgão responsável pela autorização do manejo, o IBAMA, que somente autoriza a captura de 30% dos pirarucus adultos contados nos lagos. O resultado foi suspensão da cota⁶ no ano de 2010.

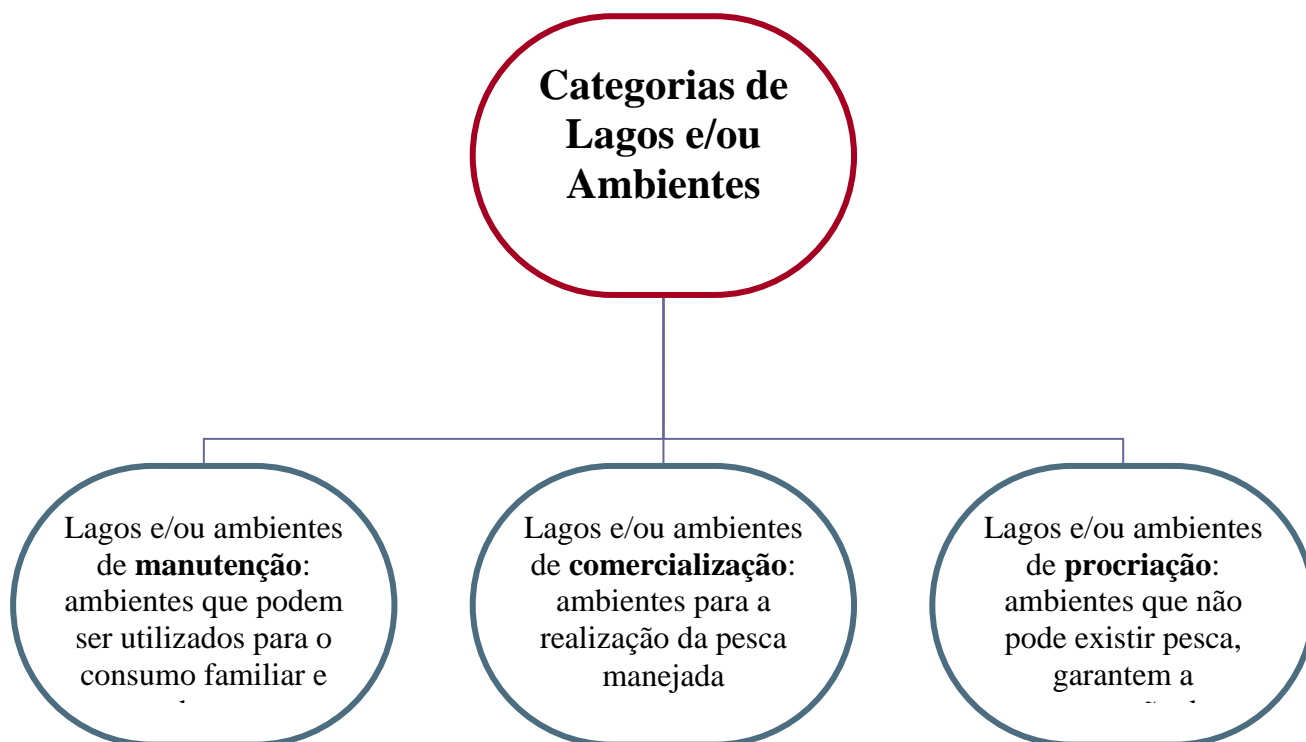
Após serem suspensas por 12 meses, somente no final de 2010 é que as atividades de manejo de pesca foram retomadas pelos moradores de comunidades pertencentes ao Setor Jarauá que construíram um acordo de gestão de recursos pesqueiros denominado de Acordo de Pesca do Jarauá (APJ). Na nova configuração do projeto de manejo o coletivo passou a ser formado por moradores das comunidades de São Raimundo do Jarauá e Manacabi (ambas enquanto membros da Associação de Produtores do Setor Jarauá-APSJ), e a comunidade Punã situada no Setor Liberdade que é formado por comunidades situadas na RDS Mamirauá e também fora dessa RDS, e também por pescadores vinculados à Colônia Z-23 de Alvarães. A estratégia era ampliar o número de sócios e também alterar as relações de poder político que sai da esfera da comunidade de São Raimundo do Jarauá e passava a ter outros mediadores tais como a Colonia Z-23 de Alvarães.

A partir dessa nova configuração foram definidas as regras através da elaboração de forma participativa do Regimento Interno (RI) que é um documento que contém as normas e regras que orientam as ações dos manejadores na realização das atividades do manejo. Este documento também define os tipos de ambientes - os lagos, ressacas e canos de lagos -, que serão manejados e protegidos.

⁵ O biólogo Leandro Castello (2004) desenvolveu o método de contagem de pirarucus a partir de pesquisas com pescadores tradicionais da região, principalmente de S. R. do Jarauá, que utilizavam o método para organizar suas pescarias. O método consiste na observação de (...) quando um pirarucu vem à superfície para respirar, pescadores experientes são capazes, através da visão e audição, obter informações fundamentais para o manejo como quantidade de indivíduos existentes em um determinado corpo d'água e tamanho aproximado do peixe. (...) Atualmente o método de contagem é exigido pelo IBAMA-AM como ferramenta fundamental para o manejo nas diversas localidades onde ele ocorre (...). (Amaral Et al 2013, pp 16)

⁶ A cota é o número de peixes que podem ser capturados solicitado pelo Programa de Pesca do IDSM e autorizado pelo IBAMA, correspondendo até 30 % do número de peixes adultos existentes na região manejada pelos pescadores.

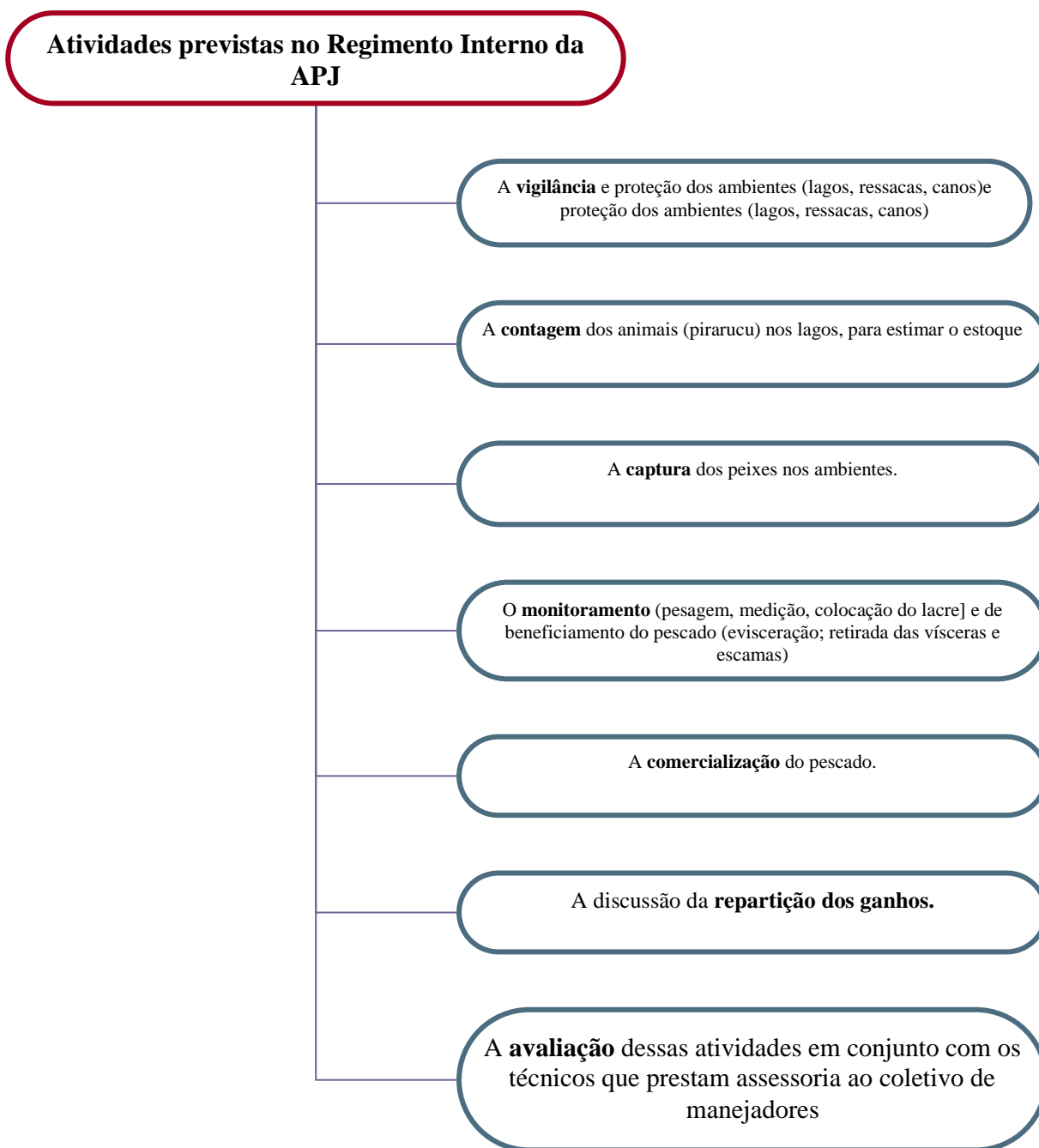
Informações obtidas junto ao banco de dados do Programa de Manejo de Pesca (PMP) referente ao ano de 2012, estão vinculados ao Acordo de Pesca do Jarauá cerca de 124



pescadores/as sendo que 75 pessoas são moradores da comunidade de S. Raimundo do Jarauá, dos quais 52 são homens e 23 são mulheres (BRAGA 2012). Todos os sócios participantes do Acordo têm as mesmas oportunidades e os mesmo deveres podendo participar de todas as etapas e desenvolver todas as atividades do manejo que ocorrem ao longo de um ano, conforme veremos a seguir.

5.1. AS ETAPAS DO MANEJO: COMO PARTICIPAM HOMENS E MULHERES.

No Acordo de Pesca do Jarauá, desenvolvido na área formada por um sistema de lagos vinculados ao lago do Jarauá, as atividades desenvolvidas ao longo do ano são as seguintes:



Fonte: Adriana Abreu, 2015.

Para cada uma dessas atividades está previsto que o sócio recebe uma porcentagem referente ao valor total de venda da cota anual de peixes (a cota anual é 30% do total de pirarucus adultos). Ao realizarem cada tarefa prevista no RI os pescadores somam porcentagens para sua renda final. No APJ pude observar que as mulheres sociais do acordo não participam de todas as atividades. Sua presença tem sido mais destacada nas seguintes atividades:

- | |
|--|
| 1) nas assembleias realizadas para discutir as regras e normas do manejo, para discutir problemas e para tomar decisões relacionados a pesca, elaborar calendários e definir estratégias de vigilância, assim como revisar o Regimento Interno; |
| 2) no trabalho de evisceração e limpeza do pirarucu; |
| 3) no monitoramento da pesca. A intensidade desse trabalho varia de acordo com a quantidade de animais que são trazidos pelos pescadores; |
| 4) no preparo da alimentação dos pescadores quando fazem a contagem ou quando ocorre a pesca, e também das pessoas que trabalham nas atividades de monitoramento, que ocorrem em uma casa flutuante. |

Fonte: Adriana Abreu, 2015.

Com a definição das etapas do trabalho do manejo pelo Regimento Interno e a possibilidade de todos os sócios participarem de todas elas, as mulheres passaram a participar de mais atividades ligadas ao manejo, como conta a pescadora Sra. Marluce Ribeiro,

Quando veio o Acordo [Acordo de Pesca do Jarauá] que as mulher passaram a fazer as coisa no flutuante [evisceração, limpeza e etc], porque aquela dona lá, como que é o nome dela?! Ana! [Diretora do Programa de Pesca do IDSM] Falou na reunião, falou que não parava mais, perguntando o que as mulher fazia, se era tudo nas costas dos home. As mulher ganhava sem trabalhar, moça. De modo que daí que nós passou a se envolver quando que veio o tal do acordo (Sra. Marluce Ribeiro, São Raimundo do, Jarauá, 2014)

De acordo com a pesquisadora Isabel Sousa, do Instituto Mamirauá, sempre houve participação das mulheres nos trabalhos do manejo dos recursos pesqueiros.

As mulheres sempre participaram desse projeto de comercialização do pescado- PCP, mas suas atividades não tinham visibilidade e não eram valorizadas. Quem recebia uma cota era o Grupo de Mulheres, que do ponto de vista dos homens, estavam fazendo uma generosidade com elas. Já no âmbito do acordo de pesca, com regimento interno consolidado e todas as atividades quantificadas e valorizadas para efeitos de recebimento de quotas –

tem direito a quota é quem cumpre com um dever – ou seja com as atividades que requer o projeto (participação em reunião, participação na evisceração, fazendo comida durante as assembleias, durante as contagens e até durante a pesca, vigilância, captura, comercialização etc... Esses serviços continuam não sendo valorizados no âmbito doméstico, mas agora com os RI, no âmbito do AP, estão sendo valorizados e quantificados. (Isabel Souza, depoimento pessoal, 2015)

A constituição do Acordo de Pesca do Jarauá e, principalmente, com a atuação dos técnicos PMP houve um estímulo para mulheres e os homens a reconhecerem o valor do trabalho das mulheres no manejo e, com isso, fazendo constar no próprio Regimento Interno as formas de participação das pescadoras. O debate em torno das regras de participação que ocorreram durante a construção do RI serviram para chamar a atenção das mulheres que puderam perceber que mesmo nos casos em que não poderiam realizar a captura dos animais nos lagos, elas poderiam se inserir em outros trabalhos que fazem parte do manejo do pescado, aumentando sua participação - e sua renda final.

A avaliação das mulheres sobre o trabalho que elas passaram a desenvolver no manejo após as mudanças introduzidas no RI mostram que elas reconhecem a importância dessas mudanças:

"esses últimos anos mudou, que antes as mulheres não trabalhavam com a evisceração Só consertava o material antes da pesca e pronto, porque até a pesca era individual (...) a gente reunia em casa mesmo e consertava os material e pronto. Ai quando eles tiravam [o peixe], porque na época (...) 10 ou 15 pras mulheres [Grupo de Mulheres]. Tiravam o peixe, aí depois que eles tiravam o peixe ficavam dizendo que as mulheres tavam tirando peixe de graça, porque não fazia quase nada, mas eu achava certo mesmo também, porque ninguém ia sofrer lá, né? (...) [agora] a gente já ta na evisceração, a gente se sente recompensada devido ao trabalho que a gente ta fazendo, porque eu sou o tipo de pessoa que eu não gosto de ganhar a toa, sem trabalhar. Então foi assim, o que mudou foi isso que as mulher tiveram participação no trabalho pra poder ter o dinheiro também. (Sra. Rosa da Cunha, São Raimundo do Jarauá, 2013)

Melhorou [a situação depois que as mulheres começaram a trabalhar na evisceração] e melhorou pros home também. Que as vez eles chegavam e ainda iam alimpar os peixes, por isso que as vez não saia um peixe de boa qualidade do Jarauá. Porque homem não sabe alimpar bem, aquela coisa. (Sra. Marina de Assis, São Raimundo do Jarauá, 2014)



Foto 3. Mulheres eviscerando pirarucu. Fotos: Gilcineres Amorim/PMP 2014

O trabalho de evisceração tem sido reconhecido por técnicos do PMP como um trabalho de excelência que vem contribuindo para o fortalecimento da qualidade do peixe manejado pelo APJ, bem como no aumento da renda delas no final do ano, pois ao participarem de mais atividades conseguem alcançar uma cota maior (todas as atividades tem um determinado percentual de cota financeira) rendendo mais dinheiro.



Foto 4. Mulheres eviscerando pirarucu. Fotos: Gilcineres Amorim/PMP 2014

5.2. ESTRATÉGIAS DE TRABALHO: TEMPO, ESPAÇOS E ENVOLVIMENTO.

Na primeira vez que estive em campo (2013) conversei com a Sra. Maria Freitas que é a tesoureira⁷ da APJ, e na ocasião ela me disse que tentava participar de todas as atividades do manejo, porém encontrava dificuldade para participar das atividades de vigilâncias por causa da resistência dos homens:

Esse ano [2012] eu ia [fazer a vigilância dos lagos] com os meninos [homens]. Ai eu perguntei que horas [sairia a equipe de vigilância]. Eles iam sair de manhã. Ai eu esperei. Eu fui lá bem perguntar se eles já tinham ido, e eles foram de madrugada. Ai até quando eles chegaram eu perguntei pra eles: - Vocês não quiseram me levar, né? Ai eles: Não, [por]que é muito homem, bora deixar as mulher ai. - Ta bom, mas na próxima eu vou. (Sra. E.M., Jarauá, 2013)

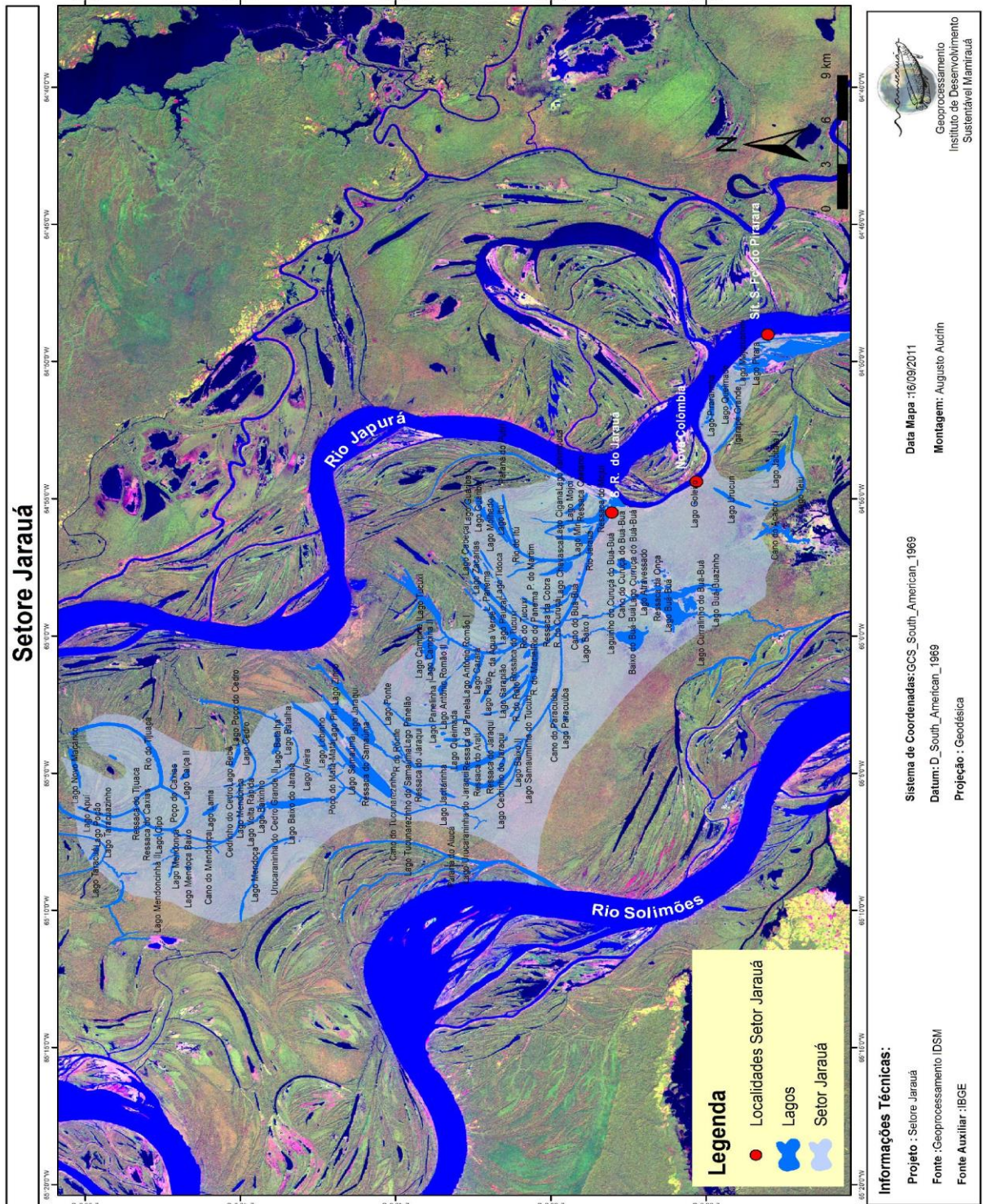
A partir desta fala pode-se perceber que no plano do discurso os homens não se opõem a uma maior participação das mulheres em todas as atividades do manejo do pirarucu, mas na prática eles estabelecem vários impedimentos que limitam essa participação. Como a pescadora Sra. Rosa da Cunha afirma que

"[Os homens] não quer, nem as vezes pra ir pra fiscalização, pra passar dois três dias eles num querem que a gente vão, não querem que a gente vá pra fiscalização, querem que a gente fique aqui. Eu acho que sim ou eles também acham que mulher é só pra ficar em casa, é isso também" (S.R. do Jarauá, 2013)

Para participarem das atividades de vigilância as mulheres tem de fazer uso de algumas estratégias e negociações, as vezes até lançando mão de seus cargos de liderança para forçar esta participação. Foi o que ocorreu com a tesoureira da APSJ:

Bom esse ano [2013] eu dei meu nome mesmo quando tava fazendo o calendário de vigilância, e tavam pegando nome pra fazer a lista de quem ia e quem não ia. Ai eu dei meu nome já programado pra entrar naquela data. Programei antes! E esse ano [2014] eu to querendo ir de novo, e já entrar a mulherada toda esse mês. A ideia é fazer uma turma de mulheres. (Sra. Maria Freitas, S. R. do Jarauá, 2013)

⁷ O Acordo de Pesca do Jarauá teve uma vice coordenadora até o ano de 2014, quando a diretoria do Acordo de Pesca do Jarauá foi completamente dissociada da Associação dos Produtores do Setor Jarauá. A APJ conta ainda com uma tesoureira, que também faz parte da (cumprindo as mesmas funções) na Associação de Produtores do Setor Jarauá. Elas são fortes lideranças na comunidade de São Raimundo do Jarauá, onde moram, e também no Acordo de Pesca do Jarauá.



Mapa 2: Localização dos lagos manejados pelo Acordo de Pesca do Jarauá. Fonte: Plano de Manejo da RDSM, 2010.

Em outubro de 2014 acompanhei um grupo de trabalho que foi fazer a vigilância dos lagos, o grupo era formado por 11 homens e quatro mulheres. Passamos cinco dias fiscalizando a área do APJ, fomos no lagos do Poção, do Rio de Baixo, do Samaumeirinha do Jaraqui, o Lago do Maciel e o Samaumeirinha (mapa acima).

As mulheres que participaram dessa equipe de vigilância foram acompanhadas de seus maridos, único arranjo possível de negociação para a participação delas. A Sra. Maria Freitas estava grávida e deu o seguinte depoimento,

Eu disse pro meu marido que eu ia vim mesmo assim [grávida], porque gravidez não é doença não! E eu quero fazer meu trabalho bem feito no manejo, pra poder mostrar que mulher pode fazer as mesma coisa. Eu só não vou pescar, porque não começou ainda não, senão eu ia. (Sra. Maria Freitas, Lago do Poção, 2014)



Foto 5. Grupo de Trabalho saindo para a fiscalização. Foto: Adriana Abreu - 2014

As mulheres além de fazerem a vigilância dos lagos com os seus maridos, também ficaram com a responsabilidade de fazer a comida para o grupo todo. E os homens que estavam presentes fizeram brincadeiras com as mulheres quando elas foram preparar o primeiro almoço dizendo: “- Aqui não tem essas coisa de refogar não, [aqui] é tudo nas

bombas. Quer participar e ficar com frescura”, ao se referir ao ato de refogar o peixe antes de cozinhá-lo.



Foto 6 Mulheres cortando lenha para fazer fogo no acampamento. Foto: Adriana Abreu - 2014

As mulheres, na maioria das vezes, faziam as refeições separadas dos homens, sentadas todas juntas em grupo, enquanto eles comiam em pé e conversando sobre diversos assuntos.



Foto 7. Refeição no acampamento. Foto: Adriana Abreu - 2014

Como área do Acordo de Pesca do Jarauá possui uma extensão muito grande, durante os dias que ocorreu a vigilância passamos a maior parte do tempo percorrendo a área e atravessando varadouros⁸ para vigiar os lagos. As mulheres não aceitaram ficar nos acampamentos fazendo a comida, mesmo sendo pressionadas por seus maridos elas foram para todas as rondas, tendo assim trabalho dobrado, pois ao chegar em todos os acampamentos iam providenciar a comida para o grupo.

Como esse foi o primeiro grupo de mulheres a participar de uma expedição de fiscalização, elas afirmaram que não sabiam muito bem a localização e os caminhos de acesso aos lagos, como também desconheciam os limites da área do acordo de pesca da APJ, mas que poderiam aprender rapidamente, pois seu objetivo é “fazer de tudo pra nós guardar que é nosso, um bem pra preservar pros filhos, se eu fizer [fiscalização] direito também, que nem o home faz, vem mais cota no final, fica melhor” (Sra. Marina de Assis, Lago do Maciel, 2014)



Foto 8 Pescadore/as observando o lago de procriação. Foto: Adriana Abreu – 2014

⁸ Trilhas aberta no meio da mata para se deslocar de um lago para o outro.

Uma das estratégias usadas pelas mulheres de S. R. do Jarauá para participarem mais das atividades do manejo é fazer pressão através dos cargos de liderança na ampliação da participação delas e no planejamento prévio com o respaldo do Regimento Interno, porém ainda assim encontram uma série de barreiras e dúvidas quanto ao seu desempenho nas atividades ligadas a pesca, por isso elas também usam outra estratégia que deve ser destacada é o trabalho das mulheres na pesca do aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*) que elas realizam há quatro anos (ABREU 2013 e 2014; ABREU e ALENCAR 2014). Em 2012 elas conseguiram pescar quase duas toneladas e meia de aruanã, em pescarias que ocorreram durante três dias, em dois lagos que são manejados, o lado do Buá-Buá e a Ressaca do Curuçá. Para fazer essas pescarias elas contaram com a ajuda de alguns homens que fizeram o transporte dos peixes nas canoas, devido a dificuldade de acesso a esses lagos. Com isso fica evidente que elas demonstram sua capacidade de realizar esta atividade e, de um modo prático, provar o seu potencial. O lucro obtido com esta pescaria despertou grande interesse de outras mulheres, que começaram a pensar em desenvolver estratégias para conseguir romper a resistência dos homens quanto a sua presença nas pescarias do pirarucu que ocorrem nos lagos manejados. Isso fica claro quando uma mulher afirmou que elas “tem capacidade pra ir, isso nós quer mostrar”.



Foto 9. Pescadora remando na fiscalização dos lagos. Fonte: Adriana Abreu- 2014.

As lideranças femininas também estão convocando e organizando as outras mulheres do APJ para se envolverem nas atividades das quais estão ausentes, como a vigilância.

Segundo um dos coordenadores do Acordo de Pesca do Jarauá, uma pescadora que reside no Setor Liberdade fez o curso de metodologia de contagem de pirarucu no ano de 2013 realizado pelo IDSM, e com isso o APJ conta agora com uma mulher que possui certificado de contadora, e que pode ser a primeira mulher a participar de um grupo de contagem do APJ. Contudo, esse fato é minimizado pelas mulheres da comunidade de São Raimundo do Jarauá, pois ao comentar com uma das comunitárias sobre a importância do fato dessa mulher ter realizado o curso de contagem para as demais mulheres, como um grande avanço na participação mais efetiva das mulheres no manejo, como mostra o seguinte comentário: “- É, ela foi pra esse curso, foi pra fazer peso na popa marido”.(Sra. Marina de Assis, Lago do Maciel, 2014).

A reprodução do discurso público que coloca a mulher como não pertencente ao espaço da pesca é encarnado pelas próprias mulheres duvidam da capacidade de uma mulher ao desenvolver certas atividades que são parte da cadeia produtiva da pesca, mas tradicionalmente associada aos homens. Com isso elas reforçam a visão de que o homem possui certos conhecimentos, neste caso sobre o ambiente e o comportamento dos animais, que as mulheres não dominam, que associa o ambiente aquático como um espaço não feminino, mesmo elas desenvolvendo atividades importantes nesses espaços.



Foto 10. A esquerda a ex vice-presidente e a direita a tesoureira da APSJ durante a Reunião de de Avaliação do Acordo de Pesca do Jarauá (ASJ) de 2014 - Foto: Adriana Abreu - 2014

As mulheres manejadoras enfrentam vários obstáculos para se colocarem enquanto um sujeito ativo na pesca nos lagos, pois para alcançar tal empreendimento tem de vencer as barreiras culturais e sociais impostas ao seu gênero- principalmente a ideia de que o ambiente e as atividades domésticas lhes são naturais e obrigatórias- e provar que pode fazer atividades em um terreno que historicamente é dominado pela presença dos homens, o da pesca do pirarucu. Porém, percebi que as mulheres paulatinamente estão encontrando meios e estratégias para vencer esses obstáculos, como por exemplo, buscando participar das equipes de fiscalização junto com os maridos, e as lideranças femininas estão pressionando para ter mais espaço para as mulheres em atividades onde elas têm pouca participação, etc.

Elas procuram participar da pesca do peixe manejado, e quando perguntadas do por quê de não participarem da pesca nos lagos que ficam distantes de casa apontaram o fato de não ter com quem deixar os filhos pequenos que ainda estão amamentando. Elas também

encontram resistência por parte dos homens que apresentam várias justificativas para explicar os motivos pelos quais elas não participam: o fato dos lagos onde ocorre a pesca do pirarucu estarem localizados a uma grande distância da comunidade. E por este motivo seria perigoso e cansativo para as mulheres fazerem essa pescaria. Os homens também usaram esses argumentos e vão além. Quando perguntei a um dos comunitários mais antigos o porquê de as mulheres não participarem da pesca nos lagos, ele deu a seguinte resposta:

As mulher se envolve mais no flutuante, e eu acho certo. Não tem como elas pescar, é como algo que eu digo impossível, por causa de que ela é diferente dos home. A mulher tem um tempo. Ela faz uma coisa, mas tem tempo pra parar porque ela tem pra fazer outras obrigações. Mesmo que não tenha filho, ela tem tempo de trabalho. Não é que nem o home que é toda hora. Home ta sempre disposto, só se adoecer que ele não tem como ir. E mesmo que mulher não ia aguentar os varador com pirarucu no ombro que nem home. Ela é fraca. Mas eu acho justo ela ganhar o dinheirinho dela com o envolvimento no flutuante, nas [pescarias] malhadeirinha. (Sr. André de Assis.)

No estudo de realizado por Edna Alencar (1991) na região da ilha dos Lençóis, a antropóloga mostra que o tempo da mulher é um tempo fragmentado, pois é um tempo que vai depender e sustentar *outros tempos*. Suas atividades são variadas na esfera doméstica, tendo que cuidar da reprodução e desenvolvimento do grupo familiar, desta forma, o seu tempo de trabalho na pesca fica reduzido e fragmentado.

A divisão dos tempos do homem e da mulher está fortemente marcada pela disponibilidade de um e de outro para realizar determinadas atividades (...) Enquanto os homens possuem um tempo unicentrado na pesca, as mulheres possuem um tempo fragmentado, marcado pela superposição de tarefas” (1991:76)

O tempo de trabalho da mulher tem que ser organizado a partir da gestão da casa, da roça, dos filhos, do marido e da “ajuda”, leia-se trabalho, que ela realiza no processo da pesca. O trabalho da mulher enquanto pescadora existe de maneira prática muito nitidamente na vida rotineira, porém no plano do discurso ainda resistem os modelos clássicos de divisão do trabalho, onde homens e mulheres ocupam polos opostos, a mulher enquanto reprodutora da família e o homem enquanto produtor e chefe de família.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho conclui que as mulheres de São Raimundo do Jarauá vêm desde a organização das primeiras ações de manejo do pescado até o atual Acordo de Pesca ganhando espaço, através de resistências e articulações de algumas lideranças femininas que possibilitam uma maior entrada delas em todas as atividades do manejo. A importância do legado deixado por Sr^a Carol na idealização e incentivo de uma maior entrada de mulheres em todas as atividades do manejo é grande, pois suas palavras ressoam entre as lideranças masculinas do AP, que na sua maioria, são seus filhos.

A organização do Acordo de Pesca do Jarauá através da concepção de um Regimento Interno estimulou as mulheres associadas desde os primeiros tempos do APSJ a reivindicarem seu espaço e sua participação em atividades antes vistas apenas como de atuação masculina, mesmo enfrentando dificuldades estas mulheres se veem como participes no processo de manejo do pirarucu e provam para os homens e para si mesmas que são capazes de realizar todas essas atividades, como a fiscalização e a contagem.

Desta forma, o manejo de recursos pesqueiros tem contribuído não apenas para a melhoria da renda familiar. Indiretamente, o projeto também tem estimulado um posicionamento mais ativo das mulheres que, aos poucos, vão rompendo a resistência dos homens, e ocupando espaço nas diferentes atividades, e assumindo cargos importantes na comunidade, como por exemplo, a tesoureira da Acordo de Pesca do Jarauá.

É preciso considerar as características de cada contexto social, cultural e ambiental onde estes projetos são desenvolvidos, para entender o papel que as mulheres desempenham. Poder ganhar seu próprio dinheiro, e contribuir com as despesas da casa parece ser um dos principais estímulos para que as mulheres busquem uma maior participação nas atividades de pesca. Mas ainda há resistências, pois persistem as ideologias de gênero que distinguem e separam os espaços e as atividades de acordo com as características de cada um deles. Embora o Regimento Interno do Acordo de Pesca do Jarauá garanta às mulheres o direito de participar em igualdade com os homens de todas as etapas do manejo do pirarucu, elas ainda encontram resistência por parte de seus companheiros, esposos principalmente, para uma participação plena. O afastamento das mulheres de certos espaços e atividades reforça sua relação com o espaço doméstico, com a reprodução física da família. E na tentativa de romper com essa visão, elas pressionam os homens e lançam mão dos seus cargos para reivindicar os espaços que lhes são negados.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Neuma. Gênero e ciências humanas: desafio às ciencias desde a perspectiva das mulheres. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

ABREU, A. G. Relatório de Pesquisa Pibic. UFPA, 2013.

_____ Relatório de Pesquisa Pibic. UFPA, 2014.

ALENCAR, E. F. **Memórias de Mamirauá**. Belém: Instituto de Desenvolvimento Sustentavel Mamiraua, 2010.

_____ **Gênero e Trabalho nas sociedades pesqueiras**. In: Lourdes G. Furtado, Wilma Leitão, Alex Fiuza de Mello. (Org.). Povos das Aguas: realidade e persectivas a Amazonia. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993.

_____ **Por que um movimento de mulheres pescadoras? Notas sobre processo de organização das trabalhadoras na pesca**. In: MAGALHAES, S.B., SILVEIRA, I. M.; SANTOS, A. M. de S.. (Org.). Um Encontro de Antropologia: Homenagem a Eduardo Galvão. 1º ed. Manaus: EDUA - Editora da Universidade Federal do amazonas, 2011, v. 1, p. 447-466.

_____ **Trabalho feminino e participação política como instrumentos para a manutenção e renovação da qualidade de vida**. In: FURTADO, L. G. (Org.). Amazônia, Desenvolvimento, Sociodiversidade e Qualidade de Vida. Belém: Universidade Federal do Pará, 1997, v. 9, p. 102-133.

_____ ; SOUSA, I. S. ; GONCALVES, A. C. . **Questões de gênero em projetos de manejo de recursos pesqueiros nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Amazonas**. In: Rosario de Andrade LEITÃO. (Org.). Pesca, Turismo e Meio Ambiente. 1aed.Recife: EDUFRPE, 2014, v. 1, p. 123-144.

_____ **Mulheres pescadoras e a conservação ambiental de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Am)**,. In: Elenise Scherer. (Org.). Trabalhadores e trabalhadoras na pesca : ambiente e reconhecimento. 1aed.Rio de Janeiro: Garamond, 2013, v. 1, p. 21-50.

AMARAL, Ellen; SOUSA, Isabel Soares de; GONÇALVES, Ana Cláudia Torres; BRAGA, Ruite; FERRAZ, Pollianna; CARVALHO, Gabriela. **Manejo de Pirarucus (Arapaima gigas) em Lagos de Várzea de Uso Exclusivo de Pescadores Urbanos**. Tefé, AM: IDSMM, 2011. 76 p., il. (Série Protocolos de Manejo dos Recursos Naturais, 1).

DI CIOMMO, R. C. **Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha.** *Ambient. soc.*, Jun 2007, vol.10, no.1, p.151-163.

LEITÃO, Wilma M. **Ser pescador, tornar-se pescador: a identidade do trabalhador da pesca no estuário do rio Amazonas.** In: Sonia B. MAGALHÃES; Isolda M. da MANESCHY, M. C.; ALENCAR, E., e NASCIMENTO, I. H. . **Pescadoras em busca de cidadania.** In: M.L.M Alvares, M.A. D'Incao. (Org.). *A mulher existe? uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia.* 1ed. Belém: GEPEM/MPGE, 1995, v. 1, p. 81-96.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. *Pesca & Gênero: o papel da mulher no desenvolvimento local.* Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2008

_____ ; CRUZ, Maria Helena Santana. *Gênero e trabalho: diversidade de experiência em educação e comunidades tradicionais.* Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

MURRIETA, Rui Sérgio S..*A mística do Pirarucu: pesca, ethos e paisagem em comunidades rurais do baixo Amazonas.* *Horiz. antropol.* 2001, vol.7, n.16, pp. 113-130.

NASCIMENTO, I. **Lugar de mulher é na colônia?** In: Sonia B. MAGALHÃES; Isolda M. da SILVEIRA & Antonio Maria de S. SANTOS (Orgs.). *Encontro de Antropológia: Homenagem a Eduardo Gallvão.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Manaus: EDUAM, 2010. p. 416-432.

PERALTA, Nelissa e ALENCAR, Edna. **Ecoturismo, trabalho e mudança social: efeitos sobre o papel da mulher na Amazônia rural.** *Campos (UFPR)*, v. 09/1, p. 109-129, 2008.

SILVEIRA & Antonio Maria de S. SANTOS (Orgs.). *Encontro de Antropológia: Homenagem a Eduardo Gallvão.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Manaus: EDUAM, 2010. p. 416-432.

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a categoria mulher?.** In: Algranti, Leila Mezan. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero.*

_____ **Gênero em perspectiva** in *Caderno Pagu*, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998, v. 11, p. 141-155.

_____ **Tradição Oral, Memória e Gênero: um comentário metodológico** in *Cadernos Pagu*. Campinas, IFCH/UNICAMP, vol.1. 1993 p 149 –171

QUEIROZ, H & CRAMPTON, W. G. (eds.).1999. **Estratégias para o manejo dos recursos pesqueiros em Mamirauá.** Brasília: Sociedade Civil Mamirauá; CNPq, 1999.

REIS, M. **Arengas & pisicas: reações populares à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no Estado do Amazonas.** Belém: Sociedade Civil Mamirauá, 2005.

ROSALDO, M. Z. (1979). **A Mulher, a Cultura e a Sociedade: uma revisão teórica**. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHERE, Louise (Coord.). A mulher, a cultura e a sociedade. Trad. Cila Anker e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 33-64.

SEGATO, R. L., **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela**. Sociedade e Estado (Volume dedicado a Feminismos e Gênero), Brasília, v. XII, n.2, p.235-262, 1997.

SUÁREZ, M., **Enfoques Feministas e Antropologia**. In: I Encontro Nacional Enfoques Feministas E As Tradições Disciplinares Na Ciência E Na Academia, 1994. Niterói - Rio De Janeiro.

WOORTMANN, Ellen K. Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do nordeste. Brasília, 1991

_____ HEREDIA, B.; MENASHE, R. **I e II Coletâneas de Estudos Rurais e Gênero**. Brasília: Nead, 2006.